

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002228-91.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **CELIA APARECIDA GONÇALVES LACERDA**
 Requerido: **NET SERVIÇOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

CELIA APARECIDA GONÇALVES LACERDA ajuizou ação de Procedimento Ordinário contra NET SERVIÇOS, alegando, em suma, que foi surpreendida com a anotação de seu nome em cadastro de devedores, por dívida perante a ré, dívida inexistente, já que nada com ela contratou, almejando por isso a exclusão do apontamento, por reconhecimento da inexistência da relação jurídica de débito e crédito, e indenização pelos danos decorrentes do ato ilícito cometido.

Deferiu-se tutela de urgência.

Citada, a ré contestou o pedido, argumentando que adota as cautelas cabíveis e confere documentos exibidos por clientes, de modo que eventual fraude cometida não pode ser imputada a descuido. Aduziu que, diante da reclamação da autora, promoveu o cancelamento do contrato e exclusão da restrição cadastral, sustentando, porém, a inexistência de direito indenizatório por suposto dano moral.

Manifestou-se a autora, insistindo nos termos do pedido inicial.

Por requisição judicial, vieram para os autos outras informações relativas à autora, cientes as partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A ré depositou o nome da autora em órgãos de proteção ao crédito, em razão de supostas dívidas por prestação de serviços. Proposta a ação, contendo reclamação da autora de inexistência de vínculo contratual legitimador da dívida e dos apontamentos, a ré tomou a iniciativa de cancelar o contrato e excluir os registros, segundo aludiu a fls. 61/62. Portanto, esse aspecto da demanda está resolvida, por efeito da reconhecimento de procedência (Código de Processo Civil, artigo 269, inciso II).

Conclui-se que terceira pessoa contratou com a ré a prestação de serviços, porém em nome da autora, sem participação desta. Não há qualquer indício da participação do autor, nessa fraude cometida contra a ré, não se justificando qualquer suspeita de intenção de enriquecimento ilícito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Inocorre excludente de responsabilidade, perante o fortuito interno que, na lição clássica de Agostinho Alvim, é ligado à própria atividade geradora do dano, ou à pessoa do devedor e, por isso, leva à responsabilidade do causador do evento. Somente o fortuito externo, ou força maior, é que exoneraria o devedor, mas exigiria fato externo, que não se liga à pessoa ou empresa por nenhum laço de conexidade (Da Inexecução das Obrigações E Suas Consequências, Saraiva, 1.949, p. 291).

Pertence a ré a responsabilidade integral pelo fato e pelo dano causado.

O Código de Defesa do Consumidor em seu art.14, prevê que *“O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”*.

Ao tempo da propositura da ação não havia outros registros em desfavor da autora. O registro da EMBRATEL, referido a fls. 203, certamente está vinculado ao sistema NET, sabido que as ligações telefônicas interurbanas são efetuadas por seu intermédio. Já o ofício de fls. 214 refere anotações que foram canceladas em 30 de abril de 2013. Portanto, dessa data em diante permaneceram apenas os registros indevidamente depositados pela ré, o que enseja o dever indenizatório, pelo reconhecimento do dano causado.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que na concepção moderna da reparação do dano moral prevalece a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação, de modo a tornar-se desnecessária a prova do prejuízo em concreto (REsp. nº 196.024 - MG - 4ª T. - Rel. Min. Cesar Asfor Rocha - DJU 02.08.99).

O pedido encontra prestígio na Constituição Federal, artigo 5º, inciso X.

Pode o juiz guiar-se pelas condições em que se apresentam os litigantes, para a redução ou ampliação do gravame devido e, ainda, a manutenção de uma certa relação entre o ilícito praticado e o resultado auferido pelo lesante, na fixação da indenização devida. A personalidade do lesado e a repercussão do dano são também considerados (v. Reparação Civil por Danos Morais, Carlos Alberto Bittar, RT).

Tomam-se em conta a posição social e cultural do ofensor e do ofendido, tendo-se em vista o *homo medius*, de sensibilidade ético-social normal. A maior ou menor culpa do agente também é aspecto a ponderar.

No entanto, constitui contradição pretender buscar uma perfeita equivalência econômica entre o dano e a quantia que for arbitrada a título de compensação ou satisfação simbólica, o que se mostra possível apenas no domínio dos danos patrimoniais (Antonio Lindbergh C. Montenegro, Ressarcimento de Danos, Âmbito Cultural Edições, 4ª edição, página 153).

A reparação pecuniária pelo dano moral, descartada a impossibilidade de qualquer equiponderância de valores, tem o sentido de compensar a sensação de dor da vítima com uma sensação agradável em contrário (RT 650/63).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A paga em dinheiro representa uma *satisfação moral* ou *psicológica*, neutralizando o sofrimento impingido. Mas não pode significar um enriquecimento sem causa da vítima.

À falta de regulamentação legal, a estimação é prudencial (TJSP, Ap. 113.190-1, 2ª C., j. 28.11.89, Rel. Des. Walter Moraes, RT 650/63).

É razoável estabelecer a indenização em R\$ 10.000,00, sendo absolutamente excessivo o valor alvitado na petição inicial, pois produziria enriquecimento indevido. A propósito, a indenização deferida tem o caráter, punitivo e indenizatório, incabível o deferimento dúplice de tais verbas.

Diante do exposto, **acolho os pedidos** e decreto a exclusão do nome da autora dos cadastros de devedores, declarando inexigíveis as dívidas apontadas pela ré, ao mesmo tempo em que condeno esta a pagar a título indenizatório a importância de R\$ 10.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios contados da época da citação inicial (STJ, Súmula 54).

Responderá a ré, ainda, pelas custas processuais e pelos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

P.R.I.C.

São Carlos, 29 de agosto de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**